



---

Sessão Semi-Plenária Mundos Sociais: Saberes e Práticas

---

I – Comunicação, Conflito e Poder

---

RODRIGUES, Adriano Duarte

---

### Resumo

A temática desta mesa levanta uma das questões fundamentais com que se confrontam as ciências humanas, em geral, e o pensamento sociológico em particular, a questão da natureza polissémica das palavras que nos servem para designar os nossos objectos de estudo e da heterogeneidade de sentidos dos seus usos. Desta diversidade de referências e desta heterogeneidade de sentidos da linguagem resultam frequentes equívocos na interpretação dos nossos trabalhos.

Será que as três palavras do tema desta mesa, comunicação, conflito e poder, designam os mesmos objectos para todos nós? Será que as utilizamos sempre no mesmo sentido? Pretendo mostrar que é precisamente a diversidade de referências da linguagem e a multiplicidade de sentidos do seu emprego que fundamentam a incontornável relação entre a comunicação, o conflito e o poder. Para complicar o problema, reconheço desde já que, também a referência que eu atribuo a estes termos e o sentido em que os utilizo não é de maneira nenhuma consensual, como não poderia deixar de ser.





## COMUNICAÇÃO, CONFLITO E PODER<sup>i</sup>

A temática desta mesa levanta uma das questões fundamentais com que se confrontam as ciências humanas, em geral, e o pensamento sociológico em particular, a questão da natureza polissémica das palavras que nos servem para designar os nossos objectos de estudo e da heterogeneidade de sentidos dos seus usos. Desta diversidade de referências e desta heterogeneidade de sentidos da linguagem resultam frequentes equívocos na interpretação dos nossos trabalhos.

Será que as três palavras do tema desta mesa, comunicação, conflito e poder, designam os mesmos objectos para todos nós? Será que as utilizamos sempre no mesmo sentido? Pretendo mostrar que é precisamente a diversidade de referências da linguagem e a multiplicidade de sentidos do seu emprego que fundamentam a incontornável relação entre a comunicação, o conflito e o poder. Para complicar o problema, reconheço desde já que, também a referência que eu atribuo a estes termos e o sentido em que os utilizo não é de maneira nenhuma consensual, como não poderia deixar de ser.

Para começo de conversa, façamos um inventário das referências mais frequentes do o termo comunicação.

A comunicação é utilizada pelos naturalistas para designar as diferentes modalidades de interacção que os seres vivos estabelecem com o meio ambiente e entre si. A psicologia social costuma designar por comunicação os processos simbólicos que os seres humanos estabelecem entre si, com vista a estabelecerem, a reforçarem e a restabelecerem as relações interpessoais e os vínculos sociais. A sociologia das instituições utiliza o termo comunicação para designar os mecanismos que as instituições utilizam para se relacionarem com os indivíduos ou para estabelecerem entre si todo o tipo de relações estratégicas. A sociologia dos media emprega o termo comunicação para referir, ora a informação mediática, ora os dispositivos técnicos que a asseguram. Os engenheiros das telecomunicações utilizam o termo comunicação para designar os sistemas digitais de mediação de saberes e de experiências.

É muito provável que esta enumeração não cubra de maneira exaustiva o largo espectro de utilizações do termo comunicação, mas as que referi são suficientes para verificar que encontramos em todas a presença de relações incontornáveis da comunicação com o poder e o conflito. Senão vejamos. A interacção dos seres vivos com o meio ambiente e entre si é inseparável da luta pelos alimentos e pelas fêmeas disponíveis, da competição, quer intra, quer interespecífica, pela sua apropriação. As diferentes formas de interacção que os seres humanos estabelecem com o mundo e uns com os outros são mediatizadas por formas simbólicas marcadas por processos de imposição dos seus projectos e dos seus interesses, de combate contra todos os que os contrariam e de negociação dos seus objectivos. As instituições prosseguem a mobilização dos indivíduos e dos recursos disponíveis para a imposição e a defesa dos seus valores, assim como modalidades de relacionamento com as outras instituições, seguindo estratégias, ora de composição, ora de competição. A informação mediática é o palco de lutas, por vezes inflamadas, pela visibilidade pública de lobbies e de interesses que disputam o espaço público. E o que é a engenharia das telecomunicações senão a gestão dos recursos informáticos, tendo em vista a luta pela supremacia técnica das empresas e dos Estados?

Podemos, por conseguinte, dizer que o conflito e o poder são componentes de tal modo indispensáveis e incontornáveis da comunicação que podemos considerar que o objecto dos estudos da comunicação é o conhecimento e a compreensão da lógica que preside a estes processos, assim como o levantamento sistemático da diversidade das suas formas.

Explicitemos a diversidade de referentes e a heterogeneidade dos sentidos que o termo conflito pode assumir:



1. lutas entre seres vivos, tendo em vista a competição pela apropriação de recursos escassos disponíveis no meio ambiente;
2. conflitos entre instituições tendo em vista a imposição dos seus valores e dos seus interesses;
3. disputas argumentativas visando impor visões do mundo diferentes e, por vezes, antagónicas;
- 2 formas de violência que atentam contra a integridade física ou contra o bom nome das pessoas;
4. conflitos armados entre povos, culturas e entre comunidades humanas que coabitam no mesmo território.

A relação da comunicação com o poder e o conflito é, por conseguinte, incontornável e tem a ver com a natureza simbólica da experiência humana, com o facto de a relação do homem com o mundo natural, com o mundo intersubjectivo e com o seu próprio mundo subjectivo depender da mediação da linguagem. A linguagem é a fonte dos diferendos e da ambivalência da experiência humana.

Pelo facto de impor uma determinada ordem classificatória, a linguagem discrimina os objectos, os seres vivos e as pessoas de acordo com essa ordem, exercendo assim uma violência simbólica sobre a experiência contínua concretamente vivida. Quando falamos, seleccionamos objectos, factos, pessoas e, deste modo, distinguimos ou separamos do contínuo informe do mundo entidades discretas, condição indispensável para as podemos referir ou representar simbolicamente.

Mas não é só a função classificatória ou discriminatória da linguagem que está na origem da relação da comunicação com o poder e o conflito. A linguagem tem também uma função interactiva e, enquanto tal, é uma actividade em que os seres humanos se envolvem, tendo em vista a produção de influências mútuas e recíprocas dos falantes sobre si próprios e uns sobre os outros, ao longo de um autêntico jogo de estratégias, com perdas e ganhos, em que cada um vai ocupando posições, ora de domínio ora de subordinação. Deste ponto de vista, tomar, aceitar ou recusar a palavra, perguntar e responder ou recusar responder, convidar e aceitar ou recusar o convite, prometer, dar ordens, nomear são já processos interactivos constitutivos de uma micropolítica da vida quotidiana. Falar é interagir com o mundo e realizar actos de linguagem, em que jogamos estratégias de poder, ocupando à vez posições diferenciadas, no complexo xadrez da vida social.

A função classificatória e a função interactiva da ordem simbólica asseguram a criação, a manutenção, a perda e a recuperação do vínculo social, tais como os podemos observar, por exemplo, na conversação quotidiana. Nesta modalidade espontânea da manifestação da ordem simbólica as pessoas tocam entre si, sempre que se encontram umas com as outras, a palavra, o bem mais precioso dos seres humanos, porque é o que o distingue dos outros seres vivos. E trocar a palavra é reconhecer o outro e ser reconhecido pelo outro como parceiro de troca, como membro de um mesmo mundo intersubjectivo.

Uma vez que estes processos são inseparáveis das relações de poder e de conflito, a comunicação não é uma realidade idílica, mas polémica ou agonística. É importante recordar a natureza polémica da comunicação pelo facto de assistirmos hoje com muita frequência ao seu esquecimento, sobretudo por parte dos que têm da comunicação uma visão instrumental, dos que a consideram como um meio ou como um instrumento para apagar as diferenças e os antagonismos. Trata-se de uma concepção que serve de justificação para a imposição unilateral das visões do mundo dos seus promotores, dos que a entendem como uma engenharia social destinada a servir a domesticação das consciências, através da invenção e da promoção de dispositivos técnicos, cada vez mais sofisticados, de sedução.

Pelo facto de a comunicação ser o processo de formação do vínculo social, está intimamente associada ao reconhecimento mútuo e recíproco. Reconhecer e ser reconhecido como parceiro de troca, as duas faces do processo de interacção, é o objectivo da comunicação. É porque podemos reconhecer e ser reconhecidos como idênticos e como diferentes, como amigos e como inimigos, que o vínculo, criado, mantido, perdido e recuperado pela comunicação, comporta inevitavelmente relações de poder e de conflito.



O vínculo social, que tem na comunicação o seu fundamento e que consiste no reconhecimento mútuo e recíproco de direitos e de deveres, é um processo ambivalente, delimita o mundo intersubjectivo e a distinção entre o idêntico e diferente, o amigo e o inimigo. O inimigo é aquele que reconheço como parceiro ou digno da troca da violência. Os romanos designavam-no por *hostis*, o diferente que curiosamente a quem reconheciam o direito tornar-se potencial *hospes*, hóspede.

Gostaria agora de chamar a atenção para uma modalidade de violência particularmente importante porque parece alastrar no mundo actual. Refiro-me ao desenvolvimento de processos que decorrem da pretensão de anular a ambivalência constitutiva da sociabilidade, com a instauração da categoria do indiferente, que anula a oposição em que se funda o vínculo e o conseqüente reconhecimento do outro como amigo e inimigo.

Em lugar da distinção entre o idêntico e o diferente, o nosso mundo parece pretender instaurar o indiferente. O indiferente, de que as categorias do pária, do sem papéis ou do sem abrigo são manifestações evidentes dos espaços urbanos do nosso tempo, tem a sua expressão mais espectacular nas diferentes formas de genocídio e nos terrorismos. Mas o indiferente emerge igualmente por vezes, de maneira particularmente insidiosa, no alastramento da categoria do utente produzida pelas máquinas burocráticas.

O indiferente é aquele que não reconheço como parceiro de troca, a quem sou suposto não dirigir a palavra e de quem não espero que me dirija a palavra, para quem não tenho qualquer obrigação e que não tem qualquer obrigação para comigo, em suma, que não reconheço como membro do mundo intersubjectivo, da comunidade dos homens. O indiferente está para além de toda a possibilidade de relações de conflito e de poder, porque é subtraído ao mundo intersubjectivo, ao mundo constituído pela lógica ambivalente da comunicação. O indiferente é aquele que se tornou transparente, de uma transparência diáfana que o torna invisível aos olhos dos outros, é inexistente no mundo intersubjectivo e por isso rejeitado de qualquer possibilidade de troca.

Insisto particularmente nesta instauração da indiferença porque representa, a meu ver, a forma extrema da violência. A instauração da categoria do indiferente decorre da pretensão de anular a ambivalência constitutiva da sociabilidade e responde ao desejo narcísico de escapar ao desconforto e ao incómodo da reciprocidade, de ter que responder pelo outro, incómodo porque contraria o desejo de autonomia. Narcisismo individual que tende a alastrar pelo domínio das relações intersubjectivas, mas também narcisismo colectivo que tende a dominar as relações entre as comunidades e os povos e que está a origem, quer das diferentes formas de genocídio, quer das diferentes formas de terrorismo, formas que se caracterizam precisamente por escapar ao reconhecimento de qualquer possibilidade de reciprocidade de troca. Tanto o objecto do genocídio como o objecto do terrorismo têm precisamente em comum o facto de não serem reconhecidos como parceiros da violência, mas apenas destinados ao extermínio do mundo intersubjectivo.

Será que o poder e o conflito são da mesma natureza que as diferentes formas de violência decorrentes da instauração da categoria da indiferença? A minha resposta a esta questão é negativa. A lógica da indiferença impede qualquer possibilidade de poder e qualquer possibilidade de conflito, precisamente porque se trata de uma lógica que anula qualquer possibilidade de interacção e de reciprocidade. Só pode haver poder e conflito entre parceiros de troca, entre pessoas que, não só se reconhecem, ao mesmo tempo, como idênticos e como diferentes, mas também aceitam a mesma ordem classificatória como pressuposto do reconhecimento mútuo e recíproco. São estas as condições ou os pressupostos para que possa haver troca mútua e recíproca. Entre as que não aceitam a mesma ordem classificatória e que não se reconhecem como parceiros de troca, que não pertencem ao mesmo mundo intersubjectivo são indiferentes ou estranhos, não pode haver relações de poder nem de conflito, só pode existir exclusão e violência. Uma equipa só pode jogar com uma equipa que reconhece como parceira de jogo, com competência para seguir as regras do jogo.



Muitos autores tendem hoje a pensar que a indiferença é um efeito ou uma consequência do desenvolvimento dos dispositivos técnicos da informação mediática, pelo facto de funcionarem segundo uma lógica instrumental narcisista, desenraizada das comunidades concretas de pertença. Esta maneira de ver é redutora e não é, por conseguinte, inteiramente correcta, porque parte do pressuposto improvável de que o mundo intersubjectivo teria deixado de ser criado e alimentado pelos processos de comunicação tradicionais, tendo passado a ser completamente colonizado pelos dispositivos da informação mediática. É a visão apocalíptica que defende uma corrente das teorias posmodernas. Esta visão é, no fundo, uma reedição dos velhos e recorrentes erros do determinismo técnico.

Os dispositivos da informação mediática não substituem os processos de interacção tradicionais e modernos. Pelo contrário. Sem os processos de interacção que as pessoas estabelecem entre si no seio das suas comunidades de pertença e que fundam o seu mundo intersubjectivo os dispositivos mediáticos não poderiam existir, uma vez que é desses processos que retiram a própria matriz do seu próprio funcionamento.

Os *media* possuem assim uma relação particularmente ambivalente com a comunicação. Se, por um lado, oferecem às interacções entre as pessoas um palco que lhes garante a visibilidade para além das fronteiras das comunidades em que se estabelecem, por outro lado, conferem-lhes uma dimensão instrumental que as desenraíza do mundo intersubjectivo, libertando-as assim da lógica do reconhecimento, da solidariedade e da reciprocidade. Se, de facto, este segundo aspecto permite associar os *media* à instauração da indiferença e de novas formas extremas de violência, não podemos esquecer o papel que os *media* também desempenham na publicitação das mais diversas modalidades de experiências de interacção de que se alimentam, não só as solidariedades concretas, mas o seu próprio funcionamento, como não podia deixar de ser.

† Intervenção no VII Congresso Português de Sociologia, 27 de Junho de 2008.